
A SITUAÇÃO INTERNACIONAL

Intervenção do General José Alberto Loureiro dos Santos no decurso da «Semana de Estudos de Defesa» organizada pelo IDN, em cooperação com o Instituto Politécnico de Viseu, em 25 de Janeiro de 1993.

Loureiro dos Santos

A SITUAÇÃO INTERNACIONAL

1. INTRODUÇÃO

Se fosse solicitado para caracterizar a situação internacional numa frase, diria que ela é volátil, incerta e perigosa.

De facto a situação internacional é caracterizada pelas grandes tensões que actualmente se verificam susceptíveis de gerar conflitos de menor ou maior intensidade, durante os quais se faz uso, em extensão adequada, dos diferentes vectores de coacção ao dispor das diversas unidades políticas.

Estas tensões têm por primordial explicação o desenvolvimento daquilo que é comum designar-se por «política de poder» das unidades políticas: ganhar e manter o máximo de liberdade de acção para prosseguir os seus objectivos básicos — Bem-Estar e Segurança.

Durante muito tempo, enquanto decorreu a guerra fria, as causas puras e duras dos conflitos foram camufladas pelas ideologias contidas pelos interesses das duas superpotências em confronto. Hoje é claro que, na raiz de um conflito, haverá questões de natureza económica (como o acesso às matérias-primas e aos mercados, e consequente controlo das linhas de comunicações), de natureza territorial (o problema das fronteiras), religiosas ou étnicas.

Venho falando deliberadamente em unidades políticas e não em estados, pois presentemente surgiram e digladiam-se na cena internacional organizações superestatais que, tendencialmente, assumem posições e acções outrora do domínio reservado dos estados. No entanto o estado nação continua a ser, do meu ponto de vista, o actor chave do sistema internacional, a despeito de tais organizações superestatais e da existência de confissões religiosas, empresas transnacionais e cartéis do crime organizado, com vocação para, com o poder que detêm, participarem no debate global.

É de notar que o próprio funcionamento das organizações superestatais revela que o que prevalece é o interesse de cada um dos estados membros,

e as deliberações adoptadas por elas reflectem normalmente a posição do estado ou estados dominantes.

Não devemos esquecer, além das tensões entre estados, outros tipos de tensões resultantes de cortes na sociedade, no interior dos próprios estados, susceptíveis de gerar conflitualidade e capazes de provocar, por si só, importantes confrontos ou, o que é mais comum, são aproveitadas pelas entidades políticas em seu proveito. A mera análise do contexto do actual sistema internacional faz ressaltar as tensões em presença, revelando áreas de possível conflito.

Consideramos como principais pontos a observar na presente situação mundial os seguintes elementos geradores de tensão: desmoronamento da URSS; crise da identidade cultural e nacional dos países ocidentais; proliferação dos fundamentalismos; omnipresença dos média; presença do nuclear; diferencial demográfico entre povos; concentração nas megalópolises e desintegração social e étnica; predominância do modelo de democracia e economia de mercado; emergência de novas ameaças — narcotráfico e acidentes ecológicos; as grandes tensões económicas e as especulações financeiras; importância da vigilância e das informações, das novas tecnologias e do espaço; o domínio cultural e o conhecimento.

Cada um destes pontos interage, naturalmente, com os restantes, não devendo a sua análise individual dispensar a análise do conjunto.

2. O DESMORONAMENTO DA URSS

Começamos por este facto porque o desaparecimento da URSS provoca dramáticas alterações políticas no planeta e ainda porque a sua análise permitirá fazer um retrato geopolítico do mundo e das tensões que lhe correspondem.

Em primeiro lugar, este acontecimento fez revelar com nitidez a fronteira que separa o desenvolvimento do subdesenvolvimento, entre um conjunto de nações prósperas mas envelhecidas e o resto do planeta, miserável, jovem e explosivo.

Esta fronteira que é nítida quando separa a Norte América e a Europa Ocidental dos territórios a Sul, torna-se ambígua no sentido Norte-Sul, quando separa a Europa Ocidental da Europa do Leste, e volta a revelar-se à volta do Japão e dos dragões asiáticos.

Parece-me legítimo considerar aquela ambiguidade, na medida em que os países da ex-URSS, a despeito do seu potencial militar, revelaram situações de subdesenvolvimento chocante, nomeadamente nos sectores industriais e dos serviços de ponta, e estão a atravessar uma gravíssima crise económica.

No entanto, dadas as suas potencialidades, é bem provável que a médio/longo prazo recuperem das mazelas actuais e possam vir a emparceirar, em maior ou menor grau, com o mundo desenvolvido.

O desmoronamento da URSS originou uma nova configuração do poder mundial, que pode ser apresentado segundo duas ópticas:

- Núcleo Central (constituído pelo Ocidente — América do Norte, Europa Ocidental e Japão); Periferia (constituída pelo mundo não desenvolvido); Faixa fronteira ou área de contacto (constituída por países que geograficamente se encontram na fronteira do mundo desenvolvido, sobre ele exercendo pressão, e por estados que podem vir a ter aspirações de liderança regional, caso da Índia, Paquistão, Irão, Iraque, RAS, Brasil, Indonésia, ou mesmo global, caso da Rússia e da China. Estes países são assim uma área de transição, ou geográfica ou económica).
- De acordo com outra óptica, a nova configuração do poder mundial seria a seguinte: Bloco Norte América (constituído pelos EUA e Canadá); Bloco Alemanha/CE (constituído por países da Europa Ocidental e Central liderados pela Alemanha; Bloco Ásia Oriental, constituído pelo Japão, países ribeirinhos da Ásia Oriental e, eventualmente, a China (uma variante deste bloco será a individualização da própria China); cintura de países emergentes (que corresponde à faixa fronteira da primeira óptica); e área periférica.

Note-se que esta perspectiva é, mais do que uma visão diferente da anterior, uma discriminação do seu Núcleo Central.

Há quem fale de um regresso à Idade Média: a Cristandade *versus* o Islão; ou à decadência do Império Romano do Ocidente, quando os bárbaros ameaçavam e se infiltravam pelas fronteiras (islâmicas e eslavas na Europa, hispânicas nos EUA); neste contexto a Europa caminharia para um novo Império de Cristo Rei; em que as bulas do

Papa são substituídas pelas directivas comunitárias, as ordens religiosas militares pelas forças multinacionais, e os grandes feudos pelas Regiões europeias.

Além destas alterações do mapa geopolítico mundial, o desmoronamento da URSS originou uma zona de elevada instabilidade em toda a Europa Central e de Leste configurando um vácuo de segurança que a CEI não consegue preencher, com os conflitos resultantes da inadequação das fronteiras administrativas que a URSS tinha imposto às fronteiras históricas definidas pelas culturas e pelas etnias. Isto, por si só, é um elemento de grande relevo no novo quadro geopolítico.

3. A CRISE DA IDENTIDADE CULTURAL E NACIONAL DOS PAISES OCIDENTAIS

Depois da Segunda Guerra Mundial os EUA assumiram a liderança do mundo ocidental. Essa liderança traduziu-se na exportação e imposição da «civilização americana» sobre todos os países ocidentais, e pelos restantes países do mundo, transformou o inglês em língua franca do nosso tempo, transmitiu modelos e procedimentos culturais.

Presentemente cerca de 80% do audiovisual exibido no planeta é norte-americano. Os EUA produzem 69% dos computadores existentes no mundo e são imbatíveis no que respeita à produção de *software*, embora o Japão leve a primazia no que diz respeito ao *hardware*.

O desenvolvimento da economia, em termos de internacionalização, criou interdependências.

A homogeneização cultural americana e a mundialização do domínio do económico esbateram fronteiras e ampliaram o materialismo e o consumismo.

Os países ocidentais vivem com uma dose acentuada de amargura moral, falta ou descrença de valores, incerteza quanto ao futuro, à procura de novas referências.

Apesar de um certo renascer das antigas culturas e da reivindicação do direito à diferença, a situação de falta de referências morais e culturais constitui uma relevante vulnerabilidade dos países ocidentais face a culturas fanáticas e agressivas, bem como face aos extremismos de todos os tipos que aqui e ali vão germinando.

4. A PROLIFERAÇÃO DOS FUNDAMENTALISMOS (religiosos, nacionais, étnicos e ecológicos)

A falta de referências atrás indicadas contrapõe-se a proliferação dos fundamentalismos de todo o tipo.

Não é só o fundamentalismo islâmico que torna toda a fronteira sul do Núcleo Central, desde o Magrebe às repúblicas Islâmicas da ex-URSS e estendendo-se até à Indonésia, altamente instável. Fundamentalismo que proclama a religião como programa político, é mobilizador de massas até aos extremos, tem aspirações de natureza global como o comprova a sentença de Khomeini sobre Salman Rushdie, mina o próprio interior dos países ocidentais, com o procedimento dos imigrantes reivindicando os seus direitos e hábitos.

Mas fundamentalismos de natureza religiosa também proliferam em outras confissões. Basta olhar para os EUA e a importância das várias seitas cristãs mesmo na disputa do poder político.

A par da afirmação deste tipo de fundamentalismo acentuam-se os integrismos nacionalistas, não só na ex-URSS e ex-Jugoslávia mas também no Ocidente (Escócia, País Basco, Catalunha, Norte da Itália, Córsega, etc), muito tempo adormecidos sob o cobertor das ideologias.

Conjuntamente com as dificuldades económicas e o desemprego provocam atitudes xenófobas contra os imigrantes, ressurgem o nazismo, ameaçam a estabilidade das democracias com o desespero destas não produzirem o pão que a liberdade prometia. Basta ver o que se está a passar na Europa Central e de Leste com o cortejo de fantasmas que regressam, nomeadamente os velhos senhores dos partidos comunistas embora travestidos, e o perigo do reaparecimento de uma Rússia autoritária.

Por outro lado, os radicalismos étnicos e culturais potenciam os nacionalismos ou actuam independentemente por si próprios como geradores de conflitos em que se procura a limpeza ou purificação étnica. É o caso dos Balcãs e da Europa Central e Leste, mas também nos EUA, na Alemanha, em França, no Canadá, etc.

Até no domínio ecológico se verificam ondas fundamentalistas com os ecoteólogos ou ecomedievalistas a proclamarem a necessidade de regresso à sociedade agrícola, condenando o progresso como destruidor do planeta.

Os fundamentalismos, de todo o tipo, servem e podem vir a servir de bandeira a estados e a personalidades, na sua afirmação e conflito *versus*

outros estados (a guerra santa), na conquista do poder político minando o interior das sociedades tornando-as vulneráveis ao reaparecimento de novos extremismos.

5. A OMNIPRESENÇA DOS MÉDIA

Esta omnipresença, naquilo a que se costuma chamar a transformação do planeta numa aldeia global, funciona como elemento igualizador de procedimentos e de culturas, mas também como elemento desagregador e instigador de tensões.

Está para avaliar ainda a importância desta omnipresença no desmoronamento da URSS. Mas, se não foi determinante, foi pelo menos muito significativa.

É visível que exacerba tensões e provoca conflitos quando perante os nossos olhos são colocadas imagens de bem-estar de que não desfrutamos, ou de injustiças e tragédias que abominamos, o que leva a influenciar o processo de decisão política com algo de emocional, especialmente pelas comoções que provoca nas opiniões públicas.

Em situações desta natureza os decisores políticos, pressionados pelas respectivas opiniões públicas e camuflando frequentemente interesses bem mais reais, tendem a invocar o direito de ingerência e a propugnar a adopção de medidas coercivas de vária natureza, com especial destaque para as medidas diplomáticas e económicas, quando não são respeitados os direitos humanos (Tienamen, Norte e Sul do Iraque, ex-Jugoslávia).

No campo interno dos estados a influência dos média na opinião pública pode ser determinante na escolha das políticas de defesa a adoptar. Veja-se a dificuldade que a Administração dos EUA tem em justificar os gastos com a presença de tropas na Europa depois de desaparecida a grande ameaça que justificava a NATO.

6. A PRESENÇA DO NUCLEAR

Embora o medo do nuclear se tenha esbatido ultimamente, depois do final da guerra fria, não nos devemos esquecer que o nuclear permanece como elemento determinante na hierarquização das potências.

Ao mesmo tempo que as superpotências nucleares (EUA e CEI) procedem à diminuição dos seus *stocks* (que não desmembramento total), potências médias (como a China e a França) declaram que só pensarão nisso quando os níveis nucleares das surperpotências descerem às respectivas cotas, e outras potências com ambição de domínio regional desenvolvem os seus armamentos nesta área.

A capacidade de retaliação nuclear confere a quem possui uma possibilidade de santuarização do respectivo território, ao mesmo tempo que poderá permitir, através do emprego agressivo de forças convencionais, conseguir certos objectivos relacionados com a política do poder, em especial contra estados não nucleares.

A preocupação com que os EUA, especialmente, vêem a proliferação nuclear, nomeadamente em países susceptíveis de provocar conflitos regionais, levam-nos a tentar, sob os auspícios da ONU, impedir que tal se verifique. A própria China, aceitando assinar o Tratado de não proliferação nuclear e concordando com o Regime do Controlo de Tecnologia de Mísseis, mostra aqui preocupações.

Esta problemática, à qual se pode associar todo o tipo de armamentos de destruição maciça (químicos e biológicos), toma maior acuidade com a disseminação, por produção ou por compra, de mísseis balísticos de médio e longo alcance.

Um elemento de perturbação adicional é a situação do espólio nuclear da ex-URSS, passível de descontrolo, e o desemprego dos seus cientistas nucleares.

O controlo de armamentos, nomeadamente na sua produção, desmantelamento e comércio, assume nesta área uma importância fulcral. Não só no que respeita a armamentos nucleares, mas também a convencionais, como o demonstra a aprovação pela Assembleia Geral da ONU do Registo de Armamento convencional da ONU, relacionado com as existências e as transferências.

7. O DIFERENCIAL DEMOGRÁFICO ENTRE POVOS

Em termos de população, a situação mundial caracteriza-se por um núcleo central, embora rico, pouco povoado e com tendência para a diminuição

demográfica, enquanto na periferia, pobre e superpovoada, se verificam elevadíssimas taxas de natalidade.

Se a população do núcleo central é velha, a da periferia é jovem e explosiva.

Correlacionado com outros factores (em especial a distribuição da riqueza e a divulgação da informação) este desequilíbrio demográfico é susceptível de originar tensões fortes, no interior dos estados da periferia e entre a periferia e o Centro, quando para os habitantes do Sul a sua maior ambição é partilhar do bem-estar do Norte.

8. CONCENTRAÇÃO NAS MEGALÓPOLIS E DESINTEGRAÇÃO SOCIAL (E ÉTNICA)

Os imensos aglomerados populacionais, de cerca de dez milhões e mais de habitantes, estão a transformar-se em autênticos barris de pólvora.

A vivência lado a lado dos que nada têm e dos que tudo usufruem, exacerbada por questões de natureza étnica, religiosa e cultural, são o campo ideal para o eclodir de grandes convulsões sociais. A dificuldade de gerir todos os sistemas infra-estruturais de apoio a estas megalópolis torna o problema ainda mais agudo.

O incitamento ao radicalismo por parte de *leaders* extremistas pode provocar situações complexas de grande tensão.

E não se pense que tal apenas se verifica nas grandes cidades da periferia. Elas estão bem presentes e vivas nos grandes centros populacionais do Norte, com toda a caldeirada de culturas, racismos, religiões e distribuição de riqueza. Basta recordar que não é só no Zaire ou na Venezuela que se verificam insurreições generalizadas de pilhagem. Elas também têm lugar no interior da única superpotência com capacidade militar global (acontecimentos de Los Angeles) e nas cidades da Europa comunitária (Reino Unido, França e Alemanha).

9. PREDOMINÂNCIA DO MODELO DE DEMOCRACIA E ECONOMIA DE MERCADO

Com o ruir do muro de Berlim e o desmoronar do sistema de economia de direcção central dos países de Leste, o modelo de democracia e

economia de mercado assumiu a posição de modelo dominante, porque triunfante. Ele é procurado e muitas vezes não inocentemente implantado com um proselitismo que provoca desconfiança nos países de Leste, onde velhos e leais *aparachiks* se transformam em ardentes democratas; ele vai-se disseminando nos países da periferia (até por influência da potência maestra da Nova Ordem Internacional — os EUA — e a desapareição da outra potência tutelar); até a própria China, embora fiel ao socialismo como modelo político, anuncia que quer construir uma «economia de mercado socialista de características chinesas».

Mas esta súbita atracção pela democracia e a economia de mercado não faz desaparecer as tensões existentes, por um lado entre um sistema velho e conservador que, embora derrotado, não apagou a memória dos privilégios perdidos e de uma certa estabilidade e bem-estar mínimo agora mitificados, por outro lado um sistema novo com outras regras que espalha nos escombros do sistema velho situações de desespero ideológico, cultural, social e especialmente económico. E com tudo isto ressurgem os demónios étnicos, nacionais, religiosos, há muito adormecidos mas não eliminados, provocando tensões geradoras de turbulência generalizada.

Basta olhar para os países do Centro e Leste Europeu (ex-Jugoslávia e ex-URSS) e para as dificuldades de implantação da democracia no Sul (RAS, Angola e Moçambique).

Mas o que é mais paradoxal é que o modelo democrático representativo, triunfante com o fim da guerra fria, tal como tem vindo a ser aplicado no Núcleo Central do mundo, é visto por muitos como um modelo em vias de esgotamento, pois não estaria a dar resposta a certos desafios do tempo presente.

O fenómeno Ross Perot nas eleições presidenciais norte-americanas e a nítida *décalage* entre as direcções partidárias tradicionais e a população, a propósito do aprofundamento da União Europeia, na Europa, e aquando do referendo constitucional no Canadá, são apresentados como prova daquela tese.

É como se houvesse um estado de tensão, cuja síntese ainda não foi encontrada e até tal acontecer muitas perturbações podem surgir, entre o fundo e a forma, ou seja entre o que realmente sentem, pensam e querem as populações e aquilo que é racionalmente construído pelas direcções políticas que as representam.

10. EMERGÊNCIA DE NOVAS AMEAÇAS: *Narcotráfico e Acidentes Ecológicos*

O Sangue que circula no sistema circulatório mundial do comércio é hoje inquinado, de forma clandestina, por algo que se vem transformando num flagelo das sociedades do nosso tempo — a droga.

A volta da produção e tráfico desse produto organizam-se gigantescos e poderosos *gangs* contra os quais os responsáveis políticos têm patente dificuldade em actuar. Essas organizações infiltram-se nos aparelhos do Estado e chegam a controlar países para os quais os proventos da droga são fatia importante dos respectivos orçamentos.

É uma ameaça não desprezível, por si própria, ou pelo apoio que pode prestar a organizações políticas extremistas.

A outra ameaça é a permanente possibilidade de ocorrência de graves acidentes ecológicos, naturais ou provocados.

O desenvolvimento pelo desenvolvimento, que durante décadas não prestou atenção aos problemas do meio ambiente, provocou situações potencialmente geradoras de graves calamidades: acidentes nucleares, chuvas ácidas, derrames de petróleo, lixos tóxicos, etc.

Acerca destes problemas (de quem suportará os seus efeitos, quem deve pagar os desdobramentos tecnológicos para os impedir) ocorrerão fatalmente tensões. Não falando sequer na possibilidade do uso, como ameaça, da arma ecológica e da chantagem ecológica.

Poderá vir a verificar-se que potências do Núcleo Central invoquem o direito de ingerência para salvaguarda do planeta a fim de evitarem degradações ecológicas — ingerência e coacção — ou tenham que pagar «indemnizações ecológicas» a países da periferia. Há quem tenha decidido constituir forças militares ecológicas — os capacetes verdes (caso da Noruega).

11. AS GRANDES TENSÕES ECONÓMICAS E AS ESPECULAÇÕES FINANCEIRAS

Uma pequena nota de um não especialista a este respeito.

Os fluxos e os equilíbrios financeiros que hoje têm como palco, e em

tempo real, todo o globo, reflectem normalmente o estado das economias dos vários países.

Por si só, e pelos efeitos que a situação financeira, por *feed-back*, tem nas economias, trata-se de uma luta, surda ou aberta, entre os Governos respaldados pelos respectivos bancos centrais, no sentido de manterem ou melhorarem a força da sua moeda e as condições internas da economia e, por outro lado, a capacidade de competir com êxito no mercado mundial. Isto não é simples e constitui em si mesmo um processo originador de tremendas tensões económicas e políticas.

Mas a complexidade de todo este sistema aumenta e poderá originar situações dramáticas com as correspondentes tensões, quando se verificam operações financeiras que podem ser acusadas de serem orientadas contra países específicos a favor de quem as provoca ou ainda especulações financeiras que, à revelia dos estados, potenciam tais operações sem relação com as realidades económicas. Basta recordar o que se passou com a recente crise do SME.

Esta crise demonstrou ainda que é a Alemanha quem determina, em função das suas necessidades internas próprias, o comportamento do SME, não deixando aos restantes membros da CE, que não têm possibilidade de ombrear com a concorrência do marco, outra saída que não o abandono, dito temporário, do SME.

As questões pendentes no GATT, nomeadamente as relacionadas com o Uruguai Round, o receio dos EUA perante uma Fortaleza Europa e um super desenvolvido Japão, e dos Europeus face ao tratado de livre comércio norte-americano, provocam enormes tensões de natureza económica, onde se trata da disputa do poder mundial, susceptíveis de afastar os três grandes blocos económicos provocando cisões de grande monta.

Por outro lado a própria degradação económica, gerando tensões e podendo desembocar em regimes autoritários, constitui uma ameaça à segurança. Veja-se a situação dos países do ex-Pacto de Varsóvia e os perigos que ela contém.

Relativamente à competição económica Europa *versus* EUA, há quem advogue que a solução será uma grande Zona de Comércio Livre Transatlântico, detentora de mais de 50% do comércio mundial, que faria florescer a economia e atenuaria as tensões interestatais.

12. IMPORTÂNCIA DA VIGILÂNCIA E DAS INFORMAÇÕES, DAS NOVAS TECNOLOGIAS E DO CONTROLO DO ESPAÇO

Abordarei este aspecto especialmente na sua vertente relacionada com o vector de coacção militar.

Num mundo tão turbulento e imprevisível, com tantas e tão variadas tensões susceptíveis de conduzir a formas mais ou menos graves de conflito, é essencial que os actores políticos da cena internacional disponham de meios de vigilância e espionagem que lhes permita terem conhecimento, se possível em tempo real, dos desenvolvimentos capazes de lhes serem prejudiciais, a fim de lhes poderem fazer face.

Trata-se da componente essencial da atitude aconselhável aos vários actores do actual sistema internacional de «expectativa estratégica».

É todo o complexo mundo das informações, que cada vez assume maior relevância, e, na nossa época, a consequente necessidade de controlo do espaço, a partir do qual se regista e se telecomunica sobre o que se passa na superfície do globo, e o correspondente acesso e permanente desenvolvimento das tecnologias mais avançadas.

Manter as suas inovações tecnológicas em segredo e descobrir quais os dispositivos e inovações dos outros países é um objectivo primacial de todo o poder político interessado em aumentar o bem-estar e manter a segurança das populações por que é responsável.

13. O DOMÍNIO CULTURAL E O CONHECIMENTO

Finalmente vou deter-me muito brevemente neste ponto de evidente transcendência no mundo actual.

Embora a violência física continue a ser o último argumento de que se lança mão quando se trata da disputa do poder, cada vez menos este se encontra no cano das espingardas e se encontra na capacidade económico-financeira e no acesso ao conhecimento.

Cada vez mais saber é poder.

Daqui resultam choques entre as diversas entidades políticas no sentido de vencerem a corrida de acesso ao conhecimento, conforme atrás já referimos quando falámos das novas tecnologias, em todas as áreas do saber, nomeadamente nos campos científico, técnico e organizacional.

Atingir uma determinada inovação, ou dispor de um determinado tipo de apoio informático, além de poder originar chorudos lucros através da colocação dos produtos que propiciam, conferirá a quem deles dispõe de um *écart* de poderes em qualquer área (económica, militar e/ou cultural) susceptível de ser aplicado em benefício próprio, trazendo prestígio e influência.

O campo cultural é demonstrativo a este respeito.

A forma como os países procuram impor os seus moldes culturais nas respectivas áreas de influência, alargando-as se possível, a importância da adopção de uma certa língua oficial (portanto como veículo de cultura e de comércio), a procura de criação e difusão de meios audiovisuais, e outras acções como sejam o patrocínio de grandes manifestações culturais, são, por si só, veículo de influência e de prestígio, portanto de poder. Mas elas constituem também a chave para colher benefícios noutros sectores, nomeadamente na área económica através dos negócios que permitem e dos mercados que abrem, e na área política pelas afinidades, simpatias e até alianças que provocam ou reforçam.

No nosso tempo os domínios da cultura e do conhecimento são de facto dois campos privilegiados de tensões entre estados, embora, naturalmente, também possam constituir motivos de cooperação e amizade como modo de superar aquelas tensões.

14. DESENCADEAMENTO DAS TENSÕES E SISTEMAS DE SEGURANÇA

Analizados sucintamente os diversos pontos que caracterizam o contexto actual e podem gerar tensões com impacto na arena internacional, resta-me apresentar, à guisa de conclusão, uma breve visão das áreas onde todas essas tensões são susceptíveis de eclodir.

- a. A curto e médio prazo é no Núcleo Central e na área Centro-Leste europeu da Periferia que se desenvolverão as tensões mais significativas que podem afectar o equilíbrio internacional e o poder mundial. Por ora, entre as grandes potências ou as médias potências não se

vislumbram tensões militares. Mas, pelo contrário, as tensões no campo da influência política (diplomática), económica, tecnológica e cultural terão a primazia.

É a retracção económica dos EUA lutando contra a afirmação económica da Alemanha (ou da CE, na medida em que, qualquer que seja o futuro da Europa, com ou sem União Europeia, será a Alemanha a desempenhar o papel motor e preponderante) e do Japão. É a busca de adaptar a participação e influência nas Organizações Internacionais ao verdadeiro poder dos Estados (caso das candidaturas da Alemanha e do Japão ao Conselho de Segurança da ONU). É a conquista dos mercados do centro e do leste europeu bem como da China. É a corrida para as novas tecnologias e para a utilização, se não controlo, do espaço. É a procura do predomínio cultural, nomeadamente através da produção e difusão dos meios audiovisuais, e a imposição da língua, como elemento influente, em organismos internacionais (caso da reivindicação alemã relativamente às línguas oficiais da CE).

É evidente que, neste momento, e em termos de poder militar disponível, o Núcleo Central, e portanto o mundo, é unipolar.

Os EUA são a única potência com capacidade de utilização global do poder militar. Segundo um autor chinês existem: «uma Superpotência e muitos centros».

Mas, em termos económicos, isso não acontece. A Alemanha e o Japão emparceiram com os EUA tornando o mundo economicamente multipolar. A médio e longo prazo há a possibilidade efectiva destas duas potências adquirirem poder militar equivalente ao poder económico, e ainda a possibilidade da China se afirmar também neste campo ainda mais do que agora acontece, bem como a Rússia se consolidar em termos económicos e militares. Estaremos então num Núcleo Central multipolar.

Visto o problema em termos de potência marítima (os EUA) *versus* potências continentais (do continente euroasiático) é do interesse da primeira e também do Japão a existência na ilha mundial de vários centros de poder que se equilibrem.

A este respeito serão interessantes de seguir as tensões entre a China e a Rússia, a colaboração-tensão entre o Japão e a China, e a colaboração-tensão entre os EUA e a Europa Ocidental.

Neste último caso digladiar-se-ão as tendências isolacionistas existentes tanto na Europa como nos EUA com as tendências que defendem a ligação, mais ou menos acentuada, entre as duas margens do Atlântico. Enquanto os isolacionistas europeus clamam que é tempo da Europa assumir por inteiro as suas responsabilidades globais, os isolacionistas americanos defendem que a retirada das tropas americanas da Europa obrigará esta a aumentar substancialmente as suas despesas militares (com efeitos económicos negativos), enquanto permite aos EUA diminuir acentuadamente o seu *deficit* comercial pelo que se tornará menos dependente do Japão que financia grande parte desse *deficit*.

Todas estas tensões interagirão com percepções diferentes dos vários países da Europa Ocidental, com visões mais ou menos atlantistas da respectiva postura política, o que poderá levar a Europa Ocidental a cindir-se em Europa Marítima (constituída por países ribeirinhos temerosos de verem as suas identidades nacionais e liberdade de acção política engolidas pelo continente e receosos de passarem a constituir fronteira com os EUA), e Europa Continental, abrangendo grande parte do centro da Europa (zona histórica de influência alemã — «o coração da terra» de Mackinder).

Aliás a presença de forças dos EUA, quer na Europa quer na região Ásia/Pacífico, funciona como elemento de equilíbrio regional atenuador de receios perante o rearmamento das duas superpotências emergentes (Alemanha e Japão). Um vazio do poder americano nessas áreas é temido pelas outras potências.

Ainda no curto e médio prazo verificar-se-ão na Europa e na Ásia emergente da derrocada comunista turbulências várias, de natureza nacionalista, étnica e religiosa, procurando alcançar equilíbrios político-económicos no interior dos diversos estados e redesenhar as linhas de fronteira de acordo com as relações de forças existentes e o apoio de outras potências interessadas (Rússia, Turquia, Irão, Alemanha, França, entre outras), utilizando mesmo meios militares. Esta turbulência, onde são usados todos os meios de coacção, revelada nas cenas de todos os Ocidentais pelos média — em especial as cenas mais trágicas — continuará a ser motivo para as grandes e médias potências lutarem pelo seu prestígio, procurando soluções

de paz (que lhes sejam favoráveis) e, enquanto não conseguem, tentando acalmar as perturbações na opinião pública lançando mão de operações de ajuda humanitária. Isto não será suficiente para esconder os negócios de armamentos em que alguns países se envolvem, nem as tensões resultantes da procura da manutenção ou expansão das respectivas zonas de influência.

Já nos referimos às principais tensões que se verificam e verificarão no interior do Núcleo Central entre as várias potências que nele se digladiam. Mas no próprio âmago dessas mesmas potências, conforme já atrás dissemos e exemplificámos, também se desenvolvem, subindo frequentemente aos extremos, tensões de natureza social, étnica, cultural e nacionalista, em crescentes laivos de extremismo, que não podem ser minimizados.

Não é de excluir ainda a eclosão de tensões entre países do Núcleo Central por razões relacionadas com os respectivos interesses em áreas da Periferia.

- b. As tensões entre o Núcleo Central e a Periferia (ou entre o Norte e o Sul como muitos dizem) não assumirão papel decisivo no curto/ /médio prazo, a não ser eventualmente com certas potências emergentes da Zona Fronteiriça.

Estas tensões derivarão basicamente do diferencial de desenvolvimento (e tomada de consciência desta situação pelos países periféricos), do diferencial demográfico e da pressão emigratória sobre o Núcleo Central, de questões relacionadas com o narcotráfico e defesa do meio ambiente, todas elas exacerbadas pelo tónus cultural e pelos fundamentalistas étnicos e religiosos existentes quer na Periferia quer no Núcleo Central, que podem conduzir a progressivas medidas proteccionistas por parte das potências mais ricas, erigindo um novo muro divisor de dois mundos.

Em termos genéricos as tensões no interior da periferia poderão derivar especialmente de problemas fronteiriços, étnicos e religiosos, mas terão como razão principal os equilíbrios políticos internos na busca de soluções de poder estáveis, capazes de retirar os países da miséria e do subdesenvolvimento. Estes conflitos locais, mesmo

de baixa intensidade, podem provocar perturbações dos interesses de países do Centro (caso da afectação de SLOC no mar do Sul da China), o que poderá provocar a intervenção do Centro. O Núcleo Central tenderá sempre a protagonizar medidas de apaziguamento no sentido de estabilizar e aumentar os seus mercados.

Estas acções serão levadas a efeito de preferência ao abrigo de Organizações Internacionais, nomeadamente a ONU, gerindo as crises com o recurso privilegiado às estratégias diplomática e económica, na medida em que são defendidos os respectivos interesses, e utilizando, quando necessário, meios militares limitados.

Tensões externas poderão ocorrer entre o Centro e a Periferia se uma potência regional desta se afirmar de tal modo que ameace privar o Centro do acesso a matérias-primas ou a importantes mercados, ou então que se possa transformar num elemento de desequilíbrio do poder e da ordem estabelecida pelo Núcleo Central e capaz de barrar os seus interesses. Estas tensões poderão conduzir a conflitos de média intensidade, incluindo a ameaça de uso de armas de destruição maciça.

A América Latina, como mercado, e o Médio Oriente e a África Austral como fontes de matérias-primas, bem como os países que pela sua posição geográfica possam afectar o livre curso do tráfego mundial, serão áreas da Periferia relativamente às quais o Centro estará particularmente atento. Outros estados da Periferia cujo poder os torna potências regionais, como a Índia, o Paquistão, a Indonésia, o Irão, o Iraque, a RAS, o Brasil, as duas Coreias, serão acompanhados de perto pelas atenções do Centro.

- c. Em conclusão atrevo-me a afirmar que no curto e médio prazo as tensões que subirem aos extremos não ultrapassarão o conflito militar designado como de baixa ou média intensidade. Não é provável que, antes do longo prazo, os extremos atinjam a elevada intensidade em termos militares.

Todos os outros géneros de tensão se verificarão em maior ou menor extensão, com especial acuidade para as tensões de natureza económica. A teia de organismos internacionais atenuará certamente muitas das tensões que eclodirem. Mas não tenhamos ilusões.

O interesse último de cada Estado Nação, nomeadamente dos mais poderosos, comandará não só o processo negocial desenvolvido à sombra dessas organizações, mas também o grau de intensidade dos conflitos.

Esta é uma opinião prudente face à percepção que tenho da situação mundial actual, mas tudo se pode alterar.

Nesta época, a caminho de uma Nova Ordem Mundial, mas mergulhados naquilo a que a revista *Time* chamou de «Nova Desordem Mundial», o que temos por mais certo é a incerteza; o que preferencialmente se deve esperar é o inesperado.

Terminamos com o enunciado das quatro incertezas indicadas por Pierre Lellouche no seu livro recentemente publicado *Le Nouveau Monde*:

- A incerteza quanto aos princípios que deveriam presidir à comunidade das nações.
- A incerteza quanto aos EUA: enfraquecimento económico e recuo estratégico em oposição ao desejo de se manterem como líder isolado à escala mundial.
- A incerteza japonesa quanto à integração do seu potencial económico e militar no conjunto ocidental.
- A incerteza europeia quanto à capacidade do continente se estruturar e de assumir plenamente o seu lugar nos assuntos mundiais.

Por mim acrescento duas outras incertezas: o futuro da Rússia e o futuro da China. E não esqueço a instabilidade do Centro/Leste da Europa.

Estamos num mundo de incertezas e de instabilidade.

Loureiro dos Santos